

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	1
Título: Subsídio para igrejas opõe alas do governo	1
Título: Uma solução para o retrocesso	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Energético	4
Título: Bronzeado	5
VEÍCULO: O Globo	5
Título: Projeto do governo libera exploração econômica ampla em terra indígena.....	5
Título: Colnago diz que aporte na Sete Brasil era justificável	8

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/01/2020

Seção: Política

Autor: ANNE WARTH, ADRIANA FERNANDES e VERA ROSA BRASÍLIA

Título: Subsídio para igrejas opõe alas do governo

Intenção de subsidiar conta de luz de templos e outros projetos causam disputa entre equipes política e econômica

As tensões entre a ala política e a equipe econômica têm aumentado no governo Jair Bolsonaro. O pedido do presidente para que seja concedido subsídio nas contas de luz de templos religiosos expôs um racha cada vez mais frequente e, até então, mantido nos bastidores. Como o Estado mostrou ontem, embora o movimento seja para beneficiar templos religiosos de forma ampla, os evangélicos são o alvo da medida. A “bancada da Bíblia” é hoje a principal base de sustentação do governo e Bolsonaro tem atendido suas reivindicações desde que assumiu a Presidência.

A influência de líderes evangélicos sobre o Planalto é cada vez maior e o próprio presidente já disse que quer tê-los por perto na administração. As divergências também ocorreram na política de reformulação do programa Bolsa Família, nas discussões sobre o fim do subsídio para painéis solares e no reajuste salarial de policiais do Distrito Federal. A aliados, Bolsonaro admitiu estar “entalado” com as restrições impostas pela área econômica a esses planos. O Ministério da Economia confirmou ontem que o desconto para as tarifas de energia das igrejas está sendo analisado pelas áreas técnicas.

Com o ministro Paulo Guedes fora de Brasília desde o fim de dezembro, a orientação de seus assessores foi a de esperar o seu retorno para administrar o problema. Nos bastidores, a equipe econômica se posicionou contra a concessão do que vem sendo chamado de “dízimo elétrico”, que vai contra a agenda de redução do custo da energia, insumo fundamental para a retomada do crescimento. A edição de um decreto para permitir o benefício já foi declarada inconstitucional pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Em busca da recuperação de sua popularidade, Bolsonaro tem privilegiado os grupos mais identificados com sua base de apoio, como evangélicos e policiais, e tenta, agora, avançar na direção da população dependente de programas sociais criados durante governos petistas. A prioridade ao atendimento de demandas dos religiosos já tem causado ciúmeira entre aliados. O presidente deixou clara sua insatisfação com Guedes nesta semana, ao reclamar publicamente do fato de que o ministro da Economia não o atendeu quando ligou para falar sobre a alta do petróleo.

Observadores consideram não ser coincidência que Bolsonaro tenha dado ao **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, a tarefa de criar um fundo de compensação para amortecer os preços dos combustíveis – ideia rejeitada pela equipe econômica. Na avaliação da equipe econômica, o maior fator de risco para o governo tem sido o próprio governo. Se atender os religiosos, técnicos preveem que a tentativa de barrar ou acabar com benefícios de outros grupos de interesse será ainda mais desafiadora. No início da semana, Bolsonaro desautorizou declarações sobre o fim do subsídio a painéis solares e ameaçou demitir quem o contrariasse.

Policiais. Articulado pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Jorge Oliveira, o reajuste para as polícias civil e militar do Distrito Federal de até 25% pegou a área econômica de surpresa. Por meio de notas técnicas contrárias à proposta, o ministério conseguiu barrar a publicação de uma medida provisória pronta, mas o tema ainda será tratado no Congresso por meio de projeto de lei. O Ministério da Economia também resiste aos planos do ministro da Cidadania, Osmar Terra, de ampliar o alcance do Bolsa Família e ampliar o gasto público em mais R\$ 16,5 bilhões, além dos R\$ 29,5 bilhões já previstos no Orçamento. Para a equipe econômica, há disponibilidade para apenas mais R\$ 4 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/01/2020

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Uma solução para o retrocesso

Com a recente instabilidade internacional causada pelo ataque dos EUA ao Iraque, que resultou na morte do general iraniano Qassim Suleimani, e os consequentes impactos no petróleo, os preços dos combustíveis no Brasil voltam ao noticiário. Em relação ao mercado internacional, especialistas dividem opiniões se a alta de preços será ou não momentânea. Por aqui, não se sabe ao certo quais serão os impactos. Mas o aumento nos preços do petróleo e de derivados no mercado internacional e a desvalorização do real ante o dólar já são percebidos.

A definição dos preços dos combustíveis é livre no Brasil desde 2002. Como a Petrobrás mantém uma política de acompanhamento do mercado internacional (Preço de Paridade de Importação – PPI), é inevitável que, caso os preços internacionais continuem subindo, haja um repasse nos preços internos. O problema é que ainda falta ao Brasil maturidade para encarar esse tipo de elevação nos preços domésticos. Os brasileiros ainda não entendem a formação do preço dos combustíveis, mesmo com os esforços da Agência Nacional do Petróleo (ANP) dando publicidade a essa informação, o que torna o tema sensível em todos os governos. Em 2018, por exemplo, a greve dos caminhoneiros prejudicou o País de tal maneira que levou o governo a criar o subsídio para a comercialização do óleo diesel e o tabelamento de fretes.

Sabemos que um congelamento de preços não é a melhor opção. A experiência já vivida não foi boa. Naquela época, o governo intervinha diretamente nos preços praticados pela Petrobrás, não repassando os movimentos internacionais de forma regular e mantendo os preços fixos por longos períodos. A Petrobrás e o Brasil amargaram prejuízos. Voltar a congelar os preços seria um retrocesso! Além disso, prejudicaria a venda dos ativos de refino da Petrobrás.

Apesar de a solução ser urgente, não se deve perder de vista o caminho de mercado livre traçado até aqui. Não é razoável pôr em risco a autonomia da Petrobrás em seguir os PPIs, conforme compromisso assumido com seus acionistas. A empresa deve permanecer livre do receio de intervenções do governo, ao custo de seu valor de mercado.

No rol de soluções, além da revisão nos impostos, uma outra opção seria a criação de um mecanismo de fundo ou hedge capaz de estabilizar os preços nestes momentos de tensão internacional. No entanto, caso o fundo seja usado para a gasolina, também deve ser aplicado ao etanol, de forma a evitar diferença competitiva artificialmente. Esse mecanismo evitaria que mudanças bruscas no mercado impactassem os consumidores.

Isso poderia ser feito com a utilização dos excedentes dos royalties de petróleo, possibilidade apreciada pelo governo e que merece elogios. Considerando que quando os preços do petróleo sobem no mercado internacional a arrecadação dos royalties também sobe, gerando excedentes não previstos pelo governo federal, o uso desse recurso preservaria a Petrobrás e não interferiria nos preços na etapa primária de fornecimento, amortizando os impactos na bomba.

Ainda que haja desafios para entender as barreiras legais e regulatórias da implementação dessa compensação, existe alto potencial de apoio da iniciativa privada, que anseia por um ambiente concorrencial atrativo aos investimentos no setor; da classe dos caminhoneiros, que há tempos pleiteia maior previsibilidade no preço do diesel; e também do **Ministério de Minas e Energia**, que tem compromissos para a realização do desinvestimento no parque de refino da Petrobrás.

O mecanismo para compensação de receitas viabiliza e dá segurança para as operações dos refinadores, além de permitir que a Petrobrás cumpra o compromisso, assumido com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), de venda de parte do seu parque de refino. A compensação de receitas, a despeito de não ser a primeira da lista das alternativas regulatórias num mercado absolutamente livre de preços de combustíveis, pode ser uma opção adequada para um período de transição, até que a condição de mercado plenamente competitivo (e sem sombras de intervenção) seja alcançada.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/01/2020

Seção: Colunas

Autor: Mariana Carneiro (interina)

Título: Energético

Painel

Jair Bolsonaro criticou, na última quinta (9), “grupos que querem criar imposto” na venda direta de etanol das usinas para os postos. A medida, disse ele, poderia baratear os combustíveis.

Está sobrando

Técnicos do governo observam, no entanto, que os tributos federais que incidem sobre o etanol rendem à União de R\$ 2 bilhões a R\$3 bilhões ao ano. E, por isso, nem mesmo o governo federal poderia abrir mão da taxaço.

Água mole

Décio Oddone, diretor da ANP (Agência Nacional do Petróleo), diz que ainda não desistiu de tentar convencer os governadores a mudar a cobrança do ICMS que incide sobre os combustíveis. Para ele, caso o conflito entre EUA e Irã seja passageiro, o petróleo cairá muito e, com ele, a arrecadação dos estados.

com Julia Chaib e Carolina Linhares

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/01/2020

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Bronzeado

Painel S.A

A energia solar, defendida por Bolsonaro nos últimos dias, também está no radar dos bancos. O financiamento para compra dos painéis solares cresceu 150% no Santander entre 2018 e 2019. Chegou a R\$ 631 milhões em 11 mil operações. O Itaú diz que estuda condições para oferecer linha de crédito para a compra dos equipamentos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/01/2020

Seção: O País

Autor: MANOEL VENTURA BRASÍLIA

Título: Projeto do governo libera exploração econômica ampla em terra indígena

GOVERNO QUER EXPLORAÇÃO MAIS AMPLA

Projeto para terras indígenas autoriza mineração, pecuária, novas hidrelétricas e turismo

O governo federal está finalizando um projeto de lei a ser enviado ao Congresso Nacional que dispõe sobre a exploração de terras indígenas, uma das promessas de campanha do presidente Jair Bolsonaro. A proposta, que está na Casa Civil da Presidência e a cuja minuta O GLOBO teve acesso, autoriza não apenas a mineração nessas áreas, mas é bem mais ampla: prevê a possibilidade de construção de hidrelétricas, exploração de petróleo e gás, além de permitir “o exercício de atividades econômicas, pelos índios em suas terras, tais como agricultura, pecuária, extrativismo e turismo”. No caso da agricultura, a proposta do governo torna possível também o cultivo de organismos geneticamente modificados, exceto em unidades de conservação”.

A Constituição autoriza a exploração mineral em terras indígenas desde que ela seja regulamentada. Porém, nenhuma regra foi aprovada até hoje pelo Congresso, o que vem impedindo a mineração legalizada nessas áreas, algumas conhecidas por abrigarem reservas de metais preciosos como o ouro. O texto do governo afirma que os indígenas serão sempre consultados, porém não terão poder de veto sobre as atividades. Eles serão compensados financeiramente pela exploração econômica.

Segundo a Constituição, a exploração das terras indígenas “só pode ser efetivada com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação nos resultados da lavra”.

A justificativa da proposta foi encaminhada ao Palácio do Planalto pelos **ministros de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, e da Justiça, Sergio Moro. No texto, eles defendem que a não regulamentação da atividade “traz consequências danosas para o país” como não pagamento de compensações financeiras e tributos; ausência de fiscalização do aproveitamento de recursos minerais e hídricos; riscos à vida, à saúde, aos costumes e tradições dos povos indígenas; e conflitos entre empreendedores e indígenas.

A proposta do governo para mineração em áreas ocupadas por indígenas tem enfrentado resistência, em meio a preocupações de ambientalistas e com temores sobre a repercussão internacional da medida. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ano passado que não pautaria projetos que flexibilizem mineração em terra indígena. Na ocasião, Maia disse que sua intenção era sinalizar à comunidade internacional que o país tem preocupação com o meio ambiente e os povos nativos.

‘SERRAS PELADAS’

O projeto tem oito capítulos e 46 artigos. O texto afirma que, após a conclusão de estudo técnico prévio, o Poder Executivo federal definirá as áreas para pesquisa e lavra de recursos minerais, hidrocarbonetos e o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica. E enviará pedido para exploração dessas áreas ao Congresso.

“O chefe do Poder Executivo federal deverá levar em consideração a manifestação das comunidades indígenas afetadas”, diz um artigo. “O pedido de autorização poderá ser encaminhado com manifestação contrária das comunidades indígenas afetadas, desde que motivado”, segue o texto. Não é exigida a autorização do Congresso para realizar estudo técnico prévio.

O texto admite garimpos em terras indígenas, exclusivamente nas zonas de garimpagem previamente definidas pela Agência Nacional de Mineração (ANM). Nesse caso, porém, será necessário consentimento das comunidades indígenas afetadas.

Hoje, há 462 terras indígenas regularizadas, que representam 12% do território nacional. A presença de garimpos ilegais em algumas delas é antiga e conhecida das autoridades. É o caso da exploração irregular de diamantes na terra dos cinta-larga, em Rondônia, e de ouro em áreas yanomami, em Roraima.

Ao GLOBO, em julho, o presidente Jair Bolsonaro disse ter encomendado um estudo para criar “pequenas Serras Peladas” Brasil afora, que poderiam ser exploradas tanto por grupos estrangeiros como por povos indígenas.

—Mas a fiscalização seria pesada. E índio também poderia explorar — prometeu.

No caso do setor elétrico, do total do potencial hidrelétrico indicados no planejamento setorial, 39% estão situados em áreas de sobreposição entre terras indígenas e unidades de conversação, segundo dados do Ministério de Minas e Energia.

O projeto prevê pagamento de compensações aos índios pela exploração de suas áreas. Ela será de 0,7% do valor da energia elétrica produzida; de 0,5% a 1% da produção de petróleo ou gás natural; e meta de do valor da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) —o valor varia pelo mineral; para ouro, por exemplo, a alíquota hoje é de 1%.

O dinheiro será administrado por conselhos curadores, composto de, no mínimo, três

indígenas. Também será criada uma Indenização pela Restrição do Usufruto de Terras Indígenas. Esse instrumento ainda seria regulamentado por decretos e portarias.

Nesta semana, Bento Albuquerque teve reuniões com representantes de diversos países da Europa, em Brasília, e discutiu a proposta. “Lideranças de muitas das mais de 600 comunidades indígenas do Brasil demandam ações do governo para permitir a exploração das riquezas existentes em suas áreas” diz nota do Ministério de Minas e Energia.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/01/2020

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA E DANIEL GULLINO

Título: Colnago diz que aporte na Sete Brasil era justificável

Segundo advogado, investimento que hoje é alvo do MPF era correto na ocasião, por causa da expectativa em torno do pré-sal

O advogado que representa Esteves Colnago, assessor especial do ministro da Economia, Paulo Guedes, defende os investimentos feitos pelo fundo de pensão da Caixa (Funcef) na Sete Brasil, responsável pela construção de sondas para exploração do petróleo no pré-sal. Colnago, ex-ministro do Planejamento, foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) por causa desses aportes.

No total, 29 pessoas foram apontadas pelo MPF como envolvidas em fraudes no aporte de recursos dos fundos de pensão de Caixa, Petrobras (Petros), Banco do Brasil (Previ) e Vale (Valia) na Sete Brasil. Na denúncia, a Força-Tarefa Greenfield calcula que o prejuízo aos aposentados foi de R\$ 5,5 bilhões e solicita reparação no triplo desse valor, ou R\$ 16,5 bilhões.

A defesa afirma que os aportes, no total de R\$ 1,4 bilhão, da Funcef na Sete Brasil eram justificados. “Aos olhos do conselheiro, em função das informações que lhe foram trazidas pelo diretores da Funcef, após a aprovação do segundo aporte, e pelo momento econômico que vivia o mundo naquele momento, bem como o advento do pré-sal e pela Petrobras, tratava-se de um bom investimento.”

O advogado de Colnago, André Rodrigues Campos, argumenta que “todo investimento sempre está sujeito a efeitos e variáveis sobre as quais não se tem gestão”, citando como exemplo a queda do preço do barril de petróleo—que, dos

US\$ 130 antes da crise financeira de 2008, despencou para US\$30 em 2016.

A defesa citou ainda a deflagração da Operação Lava-Jato, que, afirma, prejudicou a imagem da Petrobras e fez

com que o BNDES não concedesse financiamentos de longo prazo, “culminando na inviabilidade financeira do projeto Sondas e a situação atualmente vivenciada de paralisação total das obras e processo de recuperação judicial” da Sete Brasil. E diz que a aprovação do aporte não pode ser imputada a Colnago.

ARGUMENTO DE PRESCRIÇÃO

O argumento é que o voto de Colnago foi “a melhor decisão que poderia ter sido tomada, frente ao cenário existente no momento e as informações que lhe foram trazidas pelos diretores” da Funcef.

O advogado diz ainda que a ação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) que embasou a denúncia já teria prescrito, porque a reunião que aprovou o aporte ocorreu em 16 de maio de 2012. O auto de infração foi aberto em março de 2018, e a ação punitiva da Previc prescreve em cinco anos.

MME / ASCOM .